

## PODER

Ministro Alexandre de Moraes cobra análise do Ministério Público sobre pedidos para apreender o documento do deputado por suposto crime contra a soberania nacional

# PGR avaliará retenção do passaporte de Eduardo

» JOÃO PEDROSO DE CAMPOS  
» ISRAEL MEDEIROS

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Depois de receber três pedidos de apreensão do passaporte do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), na última semana, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) avalie se a medida deve ser tomada.

Os pedidos foram apresentados pelos deputados federais Guilherme Boulos (PSol-SP) e Rogério Correia (PT-MG), e pela bancada do PT na Câmara, que tenta evitar que o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja eleito para a Comissão de Relações Exteriores da Casa.

O motivo é uma série de viagens do parlamentar aos Estados Unidos desde a posse presidencial de Donald Trump (Republicanos). Nas três viagens aos EUA, o deputado se encontrou com autoridades norte-americanas para dizer que a direita no país está sendo perseguida e tem sua liberdade de expressão cerceada. Segundo Eduardo, Moraes estaria sendo parcial nas decisões.

Em seu perfil no X (antigo Twitter), Eduardo reagiu. Disse que tem viajado aos Estados Unidos para “denunciar os fatos que acontecem no Brasil”. “Vocês estão vendo que minha atividade no exterior é basicamente denunciar os fatos que acontecem no Brasil. Prisão de Daniel Silveira, ministro da Justiça de Bolsonaro indo para a cadeia, general Braga Netto (preso) e todas as atrocidades que vocês estão vendo em relação ao 8 de Janeiro. Então, a função mais nobre que um parlamentar tem é denunciar esse tipo de coisa”, argumentou.

Eduardo afirmou que Moraes é um tirano que quer “atropelar a imunidade parlamentar” e acabar com a liberdade de expressão no Brasil. “(Apreensão do meu passaporte) Com base em quê? Qual crime? O que eu falei? O que eu fiz? A autoridade que está sendo criticada, que se diz vítima, é a mesma que vai pedir uma investigação contra mim, para me colocar dentro de algum inquérito que ele abriu, para depois determinar a apreensão do meu passaporte? Que democracia é essa?”, questionou.

**Com base em quê (apreensão)? Qual crime? O que eu falei? O que eu fiz? A autoridade que está sendo criticada, que se diz vítima, é a mesma que vai pedir uma investigação contra mim, para me colocar dentro de algum inquérito que ele abriu, para depois determinar a apreensão do meu passaporte? Que democracia é essa?”**

**Eduardo Bolsonaro (PL-SP), deputado federal**

O órgão comandado por Paulo Gonet deverá apresentar sua manifestação sobre os pedidos petistas em um prazo de cinco dias. As petições foram apresentadas a Moraes no âmbito de um inquérito sigiloso do STF que apura

atos antidemocráticos. O PT; o líder do partido, Lindbergh Farias (RJ), e o deputado Rogério Correia (PT-MG) atribuem a Eduardo crimes de obstrução de investigação de organização criminosa, coação no curso do processo e atentado à soberania.

As petições apontam o parlamentar como responsável por articular, nos Estados Unidos, retaliações ao Brasil e ao STF, particularmente ao próprio Moraes. Na última semana, o Departamento de Estado norte-americano disse que o Brasil tem tomado medidas “incompatíveis com valores democráticos”, ao se referir a uma decisão recente do ministro contra a rede social Rumble, que descumpriu uma ordem judicial de indicar um representante no país.

A plataforma também é responsável por hospedar vídeos da rede social de Donald Trump, a Truth Social. “Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar indivíduos que lá vivem é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão”, diz a nota divulgada pela diplomacia americana, que não cita nominalmente Moraes.

O Itamaraty respondeu. Disse que o governo brasileiro “rejeita com firmeza” qualquer tentativa

de “politizar decisões judiciais” e defendeu a independência dos Poderes da República. “A manifestação do Departamento de Estado distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação pertinente”.

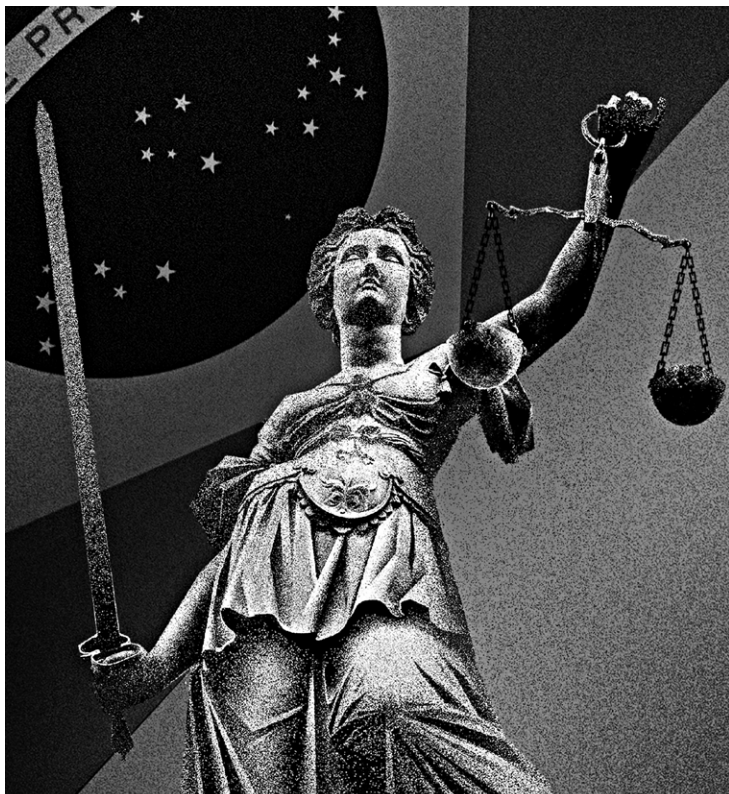
Em outra frente, o Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA aprovou um projeto de lei que pode barrar a entrada de Moraes no país. A proposta foi batizada de “No Censors on our Shores Act” (Sem Censores em nosso Território) e prevê a deportação e o veto de entrada a qualquer estrangeiro que, na avaliação dos EUA, atue contra a liberdade de expressão.

Durante uma sessão do Supremo na quinta-feira, Moraes também respondeu às críticas dos norte-americanos. Disse que o país “deixou de ser colônia em 1822” e defendeu a soberania brasileira. “Nosso juramento integral de defesa da Constituição brasileira e pela soberania do Brasil, pela independência do Poder Judiciário e pela cidadania de todos os brasileiros e brasileiras. Deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822 e, com coragem, estamos construindo uma República independente e cada vez melhor”, afirmou.

## Os altos custos dos tribunais de Justiça

» ISRAEL MEDEIROS

Maurenilson Freire



Com críticas frequentes aos altos salários e aos penduricalhos de juízes, o Brasil é o segundo país que mais gasta com tribunais de Justiça entre 50 nações analisadas em um relatório do Tesouro Nacional.

Em 2022, os gastos totalizaram 1,3% (R\$ 22,8 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB), que, naquele ano, foi de R\$ 1,9 trilhão. Quem lidera a lista é El Salvador, cujo gasto representou 1,59% do PIB nacional naquele ano.

Ao todo, o governo brasileiro gastou 2,7% do PIB com a categoria Ordem Pública, que abrange policiamento, gastos com o sistema prisional e com o sistema judiciário, que são de responsabilidade da União, estados e municípios. A média dos outros países selecionados é de 1,8%. Já no ano seguinte, segundo o relatório, as despesas do governo aumentaram 0,12 ponto percentual, “impulsionado, sobretudo, pela elevação dos gastos com tribunais de justiça, principalmente nos governos estaduais”.

Esse resultado, segundo o Tesouro Nacional, “evidencia o peso substancial do sistema judicial no orçamento público brasileiro, destacando o país como um dos líderes em alocação de recursos nessa subfunção”.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2024, os tribunais pagaram

63.816 salários acima de R\$ 100 mil por mês. Desses, 28 ultrapassaram R\$ 1 milhão.

Em 2024, o governo Lula tentou incluir, no pacote de corte de gastos apresentado pela equipe econômica, uma limitação aos super-salários — assunto frequente no Congresso entre deputados que se dizem antiprivilégios e que foi abraçado por setores da direita no Legislativo, como forma de pressionar os magistrados. O lobby do

Judiciário, no entanto, barrou o avanço do pacote do governo.

O assunto, no entanto, segue na lista de prioridades — ao menos no papel — da agenda econômica do governo para 2025, junto com a reforma do Imposto de Renda e mudanças na previdência de militares. O Executivo quer enxugar gastos e aprovar medidas que aqueçam a economia ao longo deste ano, pensando na disputa eleitoral de 2026.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Ainda estou aqui e o carnaval do ninguém segura este país

A arte existe porque a vida não basta, como dizia o poeta Ferreira Gullar. Em pleno domingo de carnaval, a arte brasileira pede passagem nos desfiles de escolas de samba e na sessão de premiação da 97ª edição do Oscar. O tapete vermelho será exibido ao vivo, a partir das 20h30, na telinha, enquanto a Unidos de Padre Miguel abrirá a passarela às 22h, com o enredo *Egbé Iya Nassô*. O Brasil vai parar para assistir a tudo isso, assim como aconteceu na “corrente pra frente” da Copa do Mundo de Futebol de 1970, no México, transmitida pela tevê.

O Brasil vai sambar com um olho na Marques de Sapucaí e outro no tradicional Teatro Dolby, em Los Angeles, Califórnia, onde ocorrerá a cerimônia do Oscar. O tapete vermelho será exibido ao vivo, a partir das 20h30, na telinha, enquanto a Unidos de Padre Miguel abrirá a passarela às 22h, com o enredo *Egbé Iya Nassô*. O Brasil vai parar para assistir a tudo isso, assim como aconteceu na “corrente pra frente” da Copa do Mundo de Futebol de 1970, no México, transmitida pela tevê.

Por ironia da história, *Ainda estou aqui* é um recorte dos 21 anos de ditadura militar, um tormentoso processo político marcado por sequestros, torturas e assassinatos, a partir do drama familiar de Eunice, viúva do ex-deputado Rubens Paiva (PTB-SP), que desapareceu num quartel do Exército no Rio de Janeiro. É fruto de uma longa trajetória do cinema brasileiro, cujo reconhecimento internacional, iniciado com o Cinema Novo, hoje pode finalmente chegar à consagração artística maior e a um novo patamar de mercado.

Walter Salles concorre ao prêmio pela segunda vez, a primeira foi com *Central do Brasil*, estrelado por Fernanda Montenegro, mãe de Fernanda Torres, que também aparece em *Ainda estou aqui*, no fim do filme, como Eunice idosa e com Alzheimer. Essa é a primeira coprodução da Globo Play, ao lado da Sony, Arte France e Conspiração, e marca a transição da teledramaturgia consagrada da TV Globo para o patamar dos blockbusters destinados ao streaming internacional.

Quando ocorreu o sequestro e a morte de Rubens Paiva, as Organizações Globo estavam aliadas ao regime militar, embora abrigassem notórios comunistas na redação do seu jornal, que completa 100 anos, e na tevê. O drama de Eunice Paiva, coincidentemente, começa no ano em que se exibiu a novela *O homem que deve morrer*, de Janete Clair, esposa do dramaturgo comunista Dias Gomes e autora das novelas de maior sucesso na fase de maior repressão do regime militar: *Irmãos Coragem* (1970), *Selva de Pedra* (1972) e *Pecado Capital* (1975).

Ao produzir o filme de Walter Salles Júnior, a emissora faz um ajuste de contas com o seu próprio passado, que é muito bem retratado pelo jornalista Ernesto Rodrigues no livro *A Globo: Hegemonia, 1965-1984* (Autêntica). É o primeiro volume da trilogia que faz uma imersão profunda e independente nos bastidores da maior emissora do Brasil, cuja história se entrelaça com o poder militar e uma revolução na tevê, protagonizada por Roberto Marinho, Walter Clark e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni.

### Ó abre-alas

No ano em que Rubens Paiva foi sequestrado e assassinado, coube à Unidos de Padre Miguel abrir os desfiles de escolas de samba. Não havia Sambódromo, e a passarela era a Avenida Presidente Vargas. Naquela ocasião, o Acadêmicos do Salgueiro conquistou o seu quinto título, com um desfile sobre a história de uma visita de nobres africanos a Maurício de Nassau no Recife.

O enredo *Festa para um rei negro* fora sugerido por Joãozinho Trinta e Maria Augusta, que venceram no carnaval do Rio pela primeira vez. O desfile também teve a assinatura de Arlindo Rodrigues e Fernando Pamplona. Um dos destaques da apresentação foi o samba-enredo composto por Zuzuca, eternizado pelo refrão “O-lê-lê, o-lá-lá / Pega no ganzé / Pega no ganzá”, que é cantado até hoje na quadra do Salgueiro.

Campeã do ano anterior, a Portela ficou com o vice-campeonato ao homenagear o bairro da Lapa. Terceiro colocado, o Império Serrano realizou um desfile sobre a Região Nordeste do Brasil. Estação Primeira de Mangueira, em quarto lugar, trouxe o enredo *Os modernos bandeirantes*. Com um desfile sobre a cana-de-açúcar, a Unidos de Vila Isabel se classificou em quinto lugar.

A música mais tocada nas rádios era *Ninguém segura esse país*, de Brasinha, que enaltecia o regime militar e abria o eilépe das marchinhas de carnaval de 1971. Nem de longe era páreo para *Ó abre-alas* (Chiquinha Gonzaga, 1899), *Mamãe eu quero* (Jararaca e Vicente Paiva, 1936), *A jardineira* (Humberto Porto e Benedito Lacerda, 1938), *Allah-lá-ô* (Haroldo Lobo e Nássara, 1940), *Aurora* (Mario Lago, 1941) e *Cachaça* (Mirabeau Pinheiro, Lúcio de Castro e Heber Lobato, 1953), entre outras que são cantadas até hoje.